



## OPINIÃO

## Do sonho ao pesadelo



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

É a sigla que está na boca de todos os portugueses: FMI. O Fundo Monetário Internacional aterrou em Portugal na semana passada para sanear as contas públicas que os sucessivos governos, por culpa própria ou em consequência da adversa conjuntura internacional, foram manifestamente incapazes de fazer. O pior é que a passagem por Lisboa dos enviados do FMI, da União Europeia e do Banco Central não será fugaz. O que o Estado, as empresas e os cidadãos não conseguiram individualmente, vão ser agora ser obrigados a fazer. Haja o que houver.

Os sacrifícios, até agora rígidos, serão brutais, as desigualdades e o desemprego vão aumentar, a asfixia fiscal intensificar-se-á ainda mais e o caminho óbvio será que muitos procurem escapar às malhas do fisco, promovendo uma economia subterrânea. Isto já para não falar do que se vem especulando na imprensa sobre a réplica da receita aplicada pelo FMI noutros países, nomeadamente impostos especiais sobre o consumo ou sobre subsídios de Natal ou de férias. Ingredientes que vão potenciar uma situação explosiva e que dificilmente evitarão convulsões de ordem social numa comunidade tradicionalmente ordeira.

Em meados dos anos 80, a nossa adesão à União Europeia foi entendida como “el dorado” para muitos. A nova “árvore das patacas”. Os dinheiros comunitários foram a cara alegre para um país que cresceu indiscutivelmente em infra-estruturas básicas, mas que descurou aspectos tão importantes como a boa gestão das contas públicas e reformas elementares na educação e na justiça. Gastou-se enquanto houve e quase sempre mal. Desbaratou-se dinheiro, tempo e credibilidade. Se o Estado foi imprudente, o cidadão deu um passo maior do que a perna. Em vez de interiorizar um espírito da “dona de casa”

precavida, o português médio preferiu vestir o fato do novo rico exibicionista. E resiste, até ao último minuto, em abdicar do padrão de vida que construiu artificialmente.

Aqui chegámos. O regaste externo, não devendo ser diabolizado como muitos querem fazer querer, é uma espécie de pesadelo, e de reverso da medalha do deslumbramento europeu, que queríamos ver terminado depressa. Infelizmente, não vai ser assim. Aguarda-nos uma terapia de choque nas contas públicas que nos vai trazer um novo estilo de vida, mais regado e ao nível das nossas modestas possibilidades e nível de criação de riqueza. O caminho é só um, sem atalhos: parcimónia na gestão das contas privadas e estatais e pés assentes na terra, por muito que isso custe.

É uma mágoa antever que os nossos filhos e os nossos netos vão viver, com quase toda a certeza, pior do que nós. As pensões daqui a uma ou duas décadas serão simbólicas, se ainda houver dinheiro para pagar.

Enquanto o descontrolo não for estabilizado, dificilmente escaparemos à pobreza e à tentação pela fraude.

Resta-nos aguardar que as negociações em curso entre as partes tenham como resultado final onerar com a menor agressividade possível as próximas gerações.

Finalmente, que o dia 5 de Junho, data do acto eleitoral, clarifique a situação política interna, através do voto em urna dos portugueses ou por posterior iniciativa do Presidente da República. Só um executivo forte, coeso e que agregue diversas sensibilidades políticas é capaz de mobilizar os portugueses para os próximos 4 anos e recuperar a credibilidade perdida. ■

**Se o Estado foi imprudente, o cidadão deu um passo maior do que a perna. Em vez de interiorizar um espírito da “dona de casa” precavida, o português médio preferiu vestir o fato do novo rico exibicionista.**